



AUTÓGRAFO Nº 02, DE 3 DE FEVEREIRO DE 2026

AO

PROJETO DE LEI Nº 4, DE 2026.

“Institui Gratificação de Local de Exercício aos integrantes das classes de Vice-Diretor de Escola e de Assessor Pedagógico, nas condições que especifica.”

A CÂMARA MUNICIPAL DE ITANHAÉM DECRETA:

Art. 1º Fica instituída Gratificação de Local de Exercício, a ser concedida aos integrantes das classes de Vice-Diretor de Escola e de Assessor Pedagógico, do Quadro do Magistério Público Municipal, que estejam no efetivo exercício de suas funções em unidades escolares da rede municipal de ensino, com base no número de alunos regularmente matriculados.

Art. 2º A Gratificação de Local de Exercício será calculada sobre o valor do vencimento inicial das respectivas classes, na seguinte conformidade:

I - 10% (dez por cento), quando a unidade escolar possuir até 300 (trezentos) alunos matriculados;

II - 15% (quinze por cento), quando a unidade escolar possuir de 301 (trezentos e um) a 600 (seiscentos) alunos matriculados;

III - 20% (vinte por cento), quando a unidade escolar possuir mais de 600 (seiscentos) alunos matriculados.

§ 1º Para os efeitos deste artigo, serão computados os alunos das unidades escolares vinculadas.

§ 2º Anualmente, se verificada alteração quanto ao número de alunos da unidade escolar, que implique mudança dos percentuais previstos neste artigo, a Secretaria de Educação comunicará o fato à Secretaria de Administração, para as devidas providências.

Art. 3º O valor da Gratificação de Local de Exercício não se incorporará aos vencimentos ou salários para nenhum efeito e sobre ele não incidirão vantagens de qualquer natureza.



Art. 4º A Gratificação de Local de Exercício será computada no cálculo do décimo terceiro salário, das férias e do adicional de férias.

Art. 5º Sobre o valor da Gratificação de que trata esta lei incidirão os descontos previdenciários, salvo se o servidor vinculado ao regime próprio de previdência social optar pela exclusão da vantagem da base de contribuição, na forma prevista no § 4º do artigo 14 da Lei nº 3.212, de 17 de abril de 2006, com a redação conferida pela Lei nº 3.510, de 28 de abril de 2009.

Art. 6º Os integrantes das classes de Vice-Diretor de Escola e de Assessor Pedagógico perderão o direito à Gratificação de Local de Exercício durante os períodos de afastamentos, licenças e ausências de qualquer natureza, salvo nos casos de faltas abonadas, faltas médicas, férias, licença-prêmio, licença-maternidade, licença-paternidade, licença adoção, afastamento para participar de programas e cursos de treinamento promovidos pela Secretaria Municipal de Educação, gala, nojo, doação de sangue, alistamento eleitoral, júri e outros serviços obrigatórios por lei.

Art. 7º As despesas decorrentes da aplicação desta lei correrão à conta das dotações próprias consignadas no orçamento vigente.

Art. 8º Fica revogado o art. 7º da Lei nº 3.998, de 11 de fevereiro de 2015.

Art. 9º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Itanhaém, 3 de fevereiro de 2026.

EDINALDO DOS SANTOS BARROS
Presidente

FERNANDO DA S. X. DE MIRANDA
Primeiro-Secretário

SEVERINO BENTO GOMES
Segundo-Secretário

Processo eletrônico sob nº 62/2026.
Projeto de Lei nº 4/2026, de autoria do Executivo.
Departamento Parlamentar, em 3 de fevereiro de 2026.

Ana Marcia Muniz
Diretora Parlamentar



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE ITANHAÉM
ESTADO DE SÃO PAULO



MANIFESTO DE ASSINATURAS DIGITAIS

O documento acima foi proposto para assinatura digital na Câmara Municipal de Itanhaém. Para verificar as assinaturas, clique no link: <https://www.itanhaem.sp.leg.br/Siscam/Documentos/Validate?chave=K3F1-072V-30AK-A6AE>, ou vá até o site <https://www.itanhaem.sp.leg.br/Siscam/Documentos/Validate> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido:

Código para verificação: K3F1-072V-30AK-A6AE